

Novo Plano de Reforma Agrária beneficiará 1 milhão de famílias



Famílias de sem-terra viviam no Complexo do Prado...



...e foram retiradas por ordem judicial em novembro

Governo desapropria quatro engenhos em PE

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assinou, no dia 26 de novembro, o decreto de desapropriação de quatro engenhos do Complexo Prado, na cidade pernambucana de Tracunhaém (64 km de Recife), para fins de reforma agrária. O ato representa, para os movimentos sociais, um marco na história da reforma agrária do país e uma das maiores vitórias dos trabalhadores rurais nos últimos anos em Pernambuco.

A área desapropriada tem um total de 1.900 hectares e possibilitará o assentamento de 190 famílias, segundo João Farias, superintendente do Incra-PE.

Os terrenos pertencem à Usina Santa Tereza, do Grupo João Santos. O Engenho Prado, que faz parte do complexo e possui quase 600 hectares, só deve ser desapropriado nas próximas semanas por conta de um impasse jurídico. Mesmo com o decreto, o proprietário ainda pode recorrer ao Supremo Tribunal de Justiça.

Histórico

No local viviam, há sete anos, cerca de 300 famílias ligadas à Comissão Pastoral da Terra (CPT), mas foram despejadas no início de novembro por ordem judicial.

Os conflitos que envolviam trabalhadores rurais e proprietários de terra na região se arrastam há anos, mas se acirraram nos últimos meses. No final de 97, o governo federal chegou a decretar a desapropriação do local, mas em 98 o Grupo João Santos, dono da usina, entrou com um mandato de segurança no STJ pedindo a reintegração de posse. Alegava ter um projeto técnico de reflorestamento de bambu na área. O decreto foi

suspenso em 99. Em março daquele ano, a usina retomou a posse de imóveis e, desde então, as famílias vinham sofrendo pressão por parte da polícia e dos funcionários da usina, acusados pelos trabalhadores de destruir suas lavouras.

Em maio deste ano, em um ato de protesto à destruição de suas lavouras, cerca de 300 agricultores incendiaram instalações do engenho. Para solucionar o caso, o governo federal enviou uma força-tarefa em junho, que culminou com a classificação das terras como improdutivas, abrindo caminho para o decreto presidencial.

Alívio

O advogado da CPT, Bruno Ribeiro, comemorou a decisão do governo. “Sem dúvida, a desapropriação é um momento histórico, um divisor de águas na história da reforma agrária no Estado. O governo Lula mandou um recado para os usineiros de que as terras que não cumprem sua função social serão todas desapropriadas”, afirmou Ribeiro ao “Jornal do Comércio”.

Para o superintendente do Incra-PE, o mais importante é constatar que a lei está sendo cumprida. “Esta ação marca a posição muito clara do governo de cumprir a Constituição, de fazer a reforma agrária dentro da lei. Independentemente de qualquer artifício, as terras que não cumprem a função social serão destinadas à reforma agrária.”

De acordo com Farias, os próximos passos serão avaliar as propriedades, pagar o proprietário e promover a imissão de posse. Esse processo, disse o superintendente do Incra-PE, pode levar até 180 dias.

Metas do Plano Nacional de Reforma Agrária

Assentamentos 1995 - 2007				
ANO	Famílias assentadas	Total de famílias assentadas por período	Média famílias assentadas por ano	Média anual do período
1995	30.716			
1996	41.717			
1997	66.837	238.010	59.503	
1998	98.740			65.548 1995/2002
1999	99.201			
2000	69.929	286.370	71.593	
2001	73.754			
2002	43.486			
2003	30.000			
2004	115.000	400.000	100.000	Governo Lula (2003/2006)
2005	115.000			
2006	140.000	520.000	130.000	PPA (2004/2007)
2007	150.000			

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

- ★ 400.000 novas famílias assentadas
- ★ 500.000 famílias com posses regularizadas
- ★ 130.000 famílias beneficiadas pelo Crédito Fundiário
- ★ Recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos
- ★ Criar 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado.
- ★ Cadastramento georeferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais
- ★ Reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas
- ★ Garantir o reassentamento dos ocupantes não-índios de áreas indígenas
- ★ Promover a igualdade de gênero na Reforma Agrária
- ★ Garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas
- ★ Universalizar o direito à educação, à cultura e à segurança social nas áreas reformadas

530 MIL SERÃO ASSENTADAS E 500 MIL RECEBERÃO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

O Plano Nacional de Reforma Agrária, anunciado no final de novembro pelo governo federal, irá garantir o acesso a terra a 530 mil famílias até 2006. Serão 400 mil famílias assentadas e 130 mil receberão terras através do crédito fundiário. Outras 500 mil famílias, a maioria concentrada na região Nordeste do país, serão contempladas com a regularização fundiária de suas terras, totalizando mais de 1 milhão de famílias beneficiadas com o novo plano.

O objetivo do governo é transformar o meio rural brasileiro num espaço de paz, produção, qualidade de vida e de desenvolvimento sustentável. Durante a atual administração, a previsão é de que a reforma agrária gere mais de 2 milhões de postos permanentes de trabalho no meio rural e assegure o cumprimento da função social da propriedade da terra e a participação da comunidade.

O plano apresenta um novo modelo de assentamento agrário, que prioriza a integração produtiva, a viabilidade econômica das atividades e o acesso a direitos como educação, saúde e seguridade social.

A recuperação dos assentamentos existentes atualmente também está prevista no plano. Serão implementadas políticas para fomento da produção e sua comercialização e serão investidos recursos para assegurar a infraestrutura necessária aos assentamentos, como, por exemplo, eletrificação, estradas e fornecimento de água.

Novo modelo

“Nós, agora, temos que começar a discutir, nos assentamentos, que tipo de casa nós vamos fazer. É possível construir um novo modelo de escola, um novo modelo de saúde, para as crianças estarem perto, para terem com quem brincar. Eu não quero repetir as mesmas que já foram feitas neste país, eu quero fazer melhor, com mais tranquilidade”, afirmou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ainda estão previstas, no plano, ações referentes ao cadastro e regularização das terras, crédito fundiário e mudanças no marco jurídico-institucional, no âmbito da administração pública, visando agilizar o processo de desapropriação e resgatar o cumprimento constitucional da função social da propriedade.

“O plano responde à expectativa de uma reforma agrária qualificada e vai assegurar paz e emprego no campo brasileiro”, afirmou o ministro do desenvolvimento agrário, Miguel Rossetto.



Uliraira Machado



Trabalhadores da agricultura familiar em assentamento em Padre Bernardo (GO)

Crédito para agricultor cresce 145%

O Ministério do Desenvolvimento Agrário anunciou a liberação de R\$ 5,4 bilhões de crédito para financiar a agricultura familiar no biênio 2003/2004. O valor, recorde, é 145% superior ao do biênio anterior (R\$ 2,2 bilhões).

Entre julho e outubro deste ano, o valor liberado aos agricultores somou R\$ 1,5 bilhão — 87,5% superior ao total liberado (R\$ 800 milhões) no mesmo período de 2002, ainda sob a gestão FHC.

O número de contratos firmados entre o governo e agricultores, cooperativas e associações de trabalhadores rurais também subiu, passando

de 360 mil entre julho e outubro de 2002 para 500 mil no mesmo período do ano atual — aumento de quase 40%.

O plano do governo para estimular o desenvolvimento da agricultura familiar, lançado em junho deste ano, irá garantir não apenas a produção para a segurança alimentar do povo como também gerar emprego e renda a milhões de pessoas pelo desenvolvimento sustentável do campo.

O Brasil tem mais de 4 milhões de estabelecimentos familiares, correspondentes a 84% dos imóveis rurais do país. De cada dez trabalhadores do campo, cerca de oito

estão ocupados em atividades familiares rurais. Quase 40% do valor bruto da produção agropecuária vêm da agricultura familiar. Ao reconhecer seu valor, o governo enfrenta uma questão social e econômica estrutural do país.

O conjunto de medidas para o campo vai permitir elevar de 970 mil para 1,4 milhão o número de contratos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), por meio da concessão de novos financiamentos e renegociação das dívidas antigas dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

ENTREVISTA

“Buscamos um novo padrão de qualidade”, diz Rossetto

PARA O MINISTRO, É PRECISO EVITAR REPRODUZIR OS FRACASSOS DO PASSADO

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, afirma que o novo Plano Nacional de Reforma Agrária exige maior agilidade por parte do ministério para assentar famílias sem deixar de lado a preocupação de oferecer terra de qualidade, com infra-estrutura e educação aos trabalhadores.

Levantamento feito pelo Incra aponta que, das mais de 500 mil famílias assentadas entre 1995 e 2002, 90% não têm abastecimento de água, 80% não possuem energia elétrica e acesso a estradas, 57% não tiveram disponibilizado o crédito para habitação e 53% não receberam qualquer tipo de assistência técnica.

“Não queremos qualquer terra, não queremos reproduzir fracassos que prejudicaram os nossos trabalhadores no passado. Queremos criar condições para uma nova reforma agrária que respeite os trabalhadores e que tenha condições de oferecer um padrão de qualidade diferente”, afirmou. Leia a íntegra.

O senhor considera que o Plano Nacional de Reforma Agrária atende aos anseios dos milhares de sem-terra deste país?

Rossetto - Sim, o plano é muito forte, tem metas e vai responder em grande parte às necessidades do povo trabalhador sem terra. É evidente que não faremos tudo, mas faremos muito e queremos fazer bem feito. Queremos assegurar o direito à terra a 530 mil famílias até o final do primeiro mandato do presidente Lula. Queremos qualidade nos assentamentos, ou seja, o direito de o trabalhador ter uma casa digna, uma boa escola pública, energia elétrica, assistência técnica. Queremos



Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto

que seja um espaço de produção de renda que colabore com os municípios e com as regiões.

Qual a previsão de assentamentos para este ano e para os próximos?

Rossetto - Estamos trabalhando de todas as formas que temos para dar acesso à terra, seja com o nosso programa de assentamentos ou no crédito fundiário. Eu penso que nós chegaremos ao final de dezembro com mais de 40 mil famílias beneficiadas. Nós pretendemos, no ano de 2004, ir subindo nossa capacidade de trabalho para ir a 150 mil, 170 mil ao ano e ir melhorando ano a ano. Esse é um desafio muito grande porque, paralelamente ao que vamos avançar no direito de receber uma terra, nós não estamos esquecendo de qualificar os

nossos assentamentos atuais. Ao mesmo tempo em que nós estamos apoiando a agricultura familiar, outra parte forte do Plano é a garantia da manutenção da terra para aqueles milhões de trabalhadores agrícolas que estão em cima da terra, mas não têm título e são chamados de posseiros e ribeirinhos. Queremos garantir a titulação e a estabilidade para esses posseiros na ordem de 500 mil famílias nesses quatro próximos anos.

O sr. diz que o Plano é amplo e abrange programas educacionais, entre outros. Que outras ações estão incluídas?

Rossetto - Todo trabalhador rural tem direito ao conhecimento, à educação. Temos trabalhado muito com os governos estaduais e com as prefeituras para assegurar esse direito, através de programas como o Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), de oferecer escolarização aos nossos jovens, o que estimula a formação técnica e agrícola. Também importante quanto o direito à terra é o direito ao conhecimento, a uma boa escola e um bom processo de assistência técnica, que permita que as melhores técnicas de produção possam ser oferecidas aos nossos agricultores.

Com o lançamento do Plano, o que os agricultores familiares, assentados da reforma agrária e acampados podem esperar daqui para a frente?

Rossetto - O trabalho é muito maior agora, pois exige uma velocidade muito maior para assentar. E nós não queremos assentar de qualquer jeito. Não queremos qualquer terra, não queremos reproduzir fracassos que prejudicaram os nossos trabalhadores no passado. Queremos criar condições para uma nova reforma agrária que respeite os trabalhadores e que tenha condições de oferecer um padrão de qualidade diferente.

E quanto aos assentamentos já existentes? Muitos não oferecem infra-estrutura nem condições de produção para os agricultores. O plano também vai atender a essas pessoas?

Rossetto - Sim. Nós já conseguimos que vários Estados, em todos os nossos assentamentos, tenham uma as-

Incra regulariza áreas pertencentes a Quilombolas

As áreas pertencentes a remanescentes de quilombos serão tituladas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o decreto que transfere ao órgão a competência para identificar, reconhecer, delimitar, demarcar e titular as terras ocupadas pelos remanescentes de comunidades dos quilombos.

A assinatura do decreto

ocorreu no município de União dos Palmares (AL), no Dia Nacional da Consciência Negra, em 20 de novembro.

O decreto é resultado do grupo de trabalho interministerial coordenado pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a Casa Civil da Presidência da República. O GT foi constituído em maio deste ano para formular propostas de políticas públicas que garan-

tissem a regulamentação do artigo 68 da Constituição Federal. Como resultado, atribuiu-se ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, por meio do Incra, a responsabilidade pela implementação das ações de regularização fundiária das comunidades quilombolas.

O decreto prevê ainda possibilidades de desapropriações de áreas particulares para fins de reconhecimento

desses territórios e a criação de instrumentos e políticas de etnodesenvolvimento para garantir a preservação das características culturais dos remanescentes de quilombos. Oficialmente, existem 743 quilombolas identificados no Brasil. Essas comunidades ocupam cerca de 30 milhões de hectares, com uma população estimada em 2 milhões de pessoas. Em 15 anos, apenas 71 áreas foram tituladas.

OPINIÃO

Avanço na reforma agrária

José Genoíno

O lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) pelo governo federal representa um avanço na implementação da reforma agrária no Brasil. Mesmo que a meta de assentados definida pelo governo fique aquém da expectativa alimentada pelos movimentos, particularmente pelo MST, ela representa uma conquista e uma realização sem precedentes na história de qualquer governo do passado em nosso país. A viabilização do PNRA sacramenta também o compromisso do PT e do governo Lula com a bandeira histórica da reforma agrária.

Registre-se que a realização da reforma agrária é uma exigência da maioria esmagadora da sociedade brasileira. Todas as pesquisas de opinião indicam que cerca de 76% da população apóia a reforma agrária. O povo e os movimentos sociais podem ter a certeza de que o governo Lula só não fará mais pela reforma por conta dos constrangimentos orçamentários. O PT, por sua vez, mantém-se coerente com o compromisso histórico de apoiar a reforma agrária. É por isso que estaremos sempre junto com os movimentos que empunham essa bandeira e apoiamos o direito democrático de suas reivindicações, desde que elas ocorram nos parâmetros da legalidade.

O compromisso do PT é com a realização de uma reforma agrária ampla, pacífica e negociada, por entendermos que ela é um instrumento fundamental para incluir milhões de pessoas no processo produtivo, na conquista de cidadania e direitos e na integração social. Queremos enfatizar novamente a tese de que o Brasil, pelas suas características regionais e geográficas diversificadas e pela sua extensão, comporta o convívio pacífico de vários modelos de produção agrícola. Comporta a agricultura familiar, a pequena e média agricultura, formas cooperativadas de produção, a produção em assentamentos e o agronegócio. O contexto econômico, tecnológico e cultural do mundo contemporâneo, de certa forma, sinaliza para a adoção de estratégias plurais na produção agrícola. Assim, as várias formas de produção na agricultura devem ser vistas como complementares e não como concorrentes. Se o Brasil souber explorar esse potencial de estratégias produtivas plurais pode fazer disso um triunfo, tanto para a satisfação de suas necessidades internas quanto para o incremento de sua competitividade no comércio internacional.

A pujança agrícola do país e as sucessivas conquistas nos rankings internacionais de produção em várias áreas dependem da manutenção dessa pluralidade de produção na agricultura e da paz no campo. A viabilização da reforma agrária nada mais representa do que o reforço dessa pluralidade e da construção da paz. É desta verdade que

devem tomar consciência àqueles que se opõem à reforma agrária. E é em nome desse objetivo integrador e pacificador que o governo não deve permitir o uso da violência para solucionar contendas por terras.

A implementação correta da reforma agrária implica uma forte ação governamental para incrementar um conjunto de medidas, articuladas entre si, tendo em vista os assentamentos, o apoio técnico e creditício aos mesmos, estímulo à agricultura familiar e à pequena e média propriedade, aumento do crédito fundiário, política de regularização fundiária, demarcação das terras indígenas e programas adequados de seguro agrícola. Respeitando a autonomia de cada movimento específico - MST, CPT, Contag, MTL (Movimento Trabalho e Liberdade), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), MAB (Movimento de Atingidos por Barragens), MLTS (Movimento de Libertação dos Sem Terra) etc. -, o governo deve negociar as reivindicações singulares e gerais visando construir pactos e consensos pela produção, pela inclusão social e pela paz no campo. Mesmo que existam diferenças de metas e de objetivos, se todos os atores se comportarem democraticamente, é possível que governo e movimentos construam relações de parceria.

A construção de relações de parceria, de diálogo e de civilidade entre governo e movimentos sociais representará também a superação de um déficit histórico na construção de democracia no Brasil. Déficit que consistiu em tratar os movimentos sociais, especialmente os movimentos de luta pela terra, como caso de política e não como problemas de natureza política e social legítimos. Essa postura diferente do governo em relação aos movimentos sociais e seu engajamento pró-ativo na busca de uma solução integradora desses movimentos do ponto de vista social, econômico e político é uma exigência não só do Brasil, mas de toda a América Latina.

A recente deposição do governo boliviano foi um testemunho veemente de que os governos latino-americanos precisam ser pró-ativos e precisam encarar com urgência as demandas sociais de enormes contingentes populacionais. Se as democracias avançaram do ponto de vista político nesta região, o mesmo não ocorreu do ponto de vista social e do desenvolvimento econômico. O principal desafio do governo Lula, certamente, é o de integrar social e economicamente milhões de pobres e de desbravar um novo caminho de desenvolvimento econômico. A realização da reforma agrária é um dos componentes da superação desse desafio.

Presidente nacional do PT
Publicado pelo jornal
O Estado de S. Paulo em
22/11/2003

PT NOTÍCIAS **CUPOM DE assinatura**

Assine o PT Notícias e fique sabendo tudo o que acontece com o nosso partido e com o governo Lula. Quinzenalmente, o PT Notícias chega à sua casa, para deixar você por dentro do que é importante. Basta preencher este cupom, escolhendo a melhor forma de pagar.

PARA FAZER A SUA ASSINATURA:

1) Cheque nominal à Editora Fundação Perseu Abramo.

2) Depósito bancário nominal à Editora Fundação Perseu Abramo: Banco do Brasil C/C 2241-1 Agência 3323-5 (Enviar junto com o cupom preenchido cópia do comprovante de depósito)

3) Cobrança bancária.

4) Cartão de crédito:
 Visa Mastercard Diners
Número do cartão: _____
Data de validade: ____/____/____

Assinatura anual: R\$ 50,00

Sim, eu quero assinar o PT Notícias

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel _____

CEP _____ Cidade _____

Estado _____ CPF _____

E-mail _____

Sexo: Masculino Feminino

Fillado(a) ao PT: Sim Não

Departamento de Assinaturas da Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 - Vila Mariana
CEP 04117-091 - São Paulo - SP
Tel.: (11)5571-4299 Ramal 44 - Fax: (11)5571-0910

EXPEDIENTE

PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PRESIDENTE NACIONAL DO PT
José Genoíno

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO
Ozeas Duarte
Ana Ribeiro (assessora)

EDIÇÃO
Priscila Lambert - MTb 31085

REDAÇÃO
Claudio Cezar Xavier, Vladimir Braga e Walter Venturini

DIAGRAMAÇÃO
Sandra Luiz Alves

APOIO ADMINISTRATIVO
Rodrigo Zamprogna

ILUSTRAÇÃO:
Vicente Mendonça

FOTOS
Helóisa Ballarini, Humberto Pradera, Ubirajara Machado, Agência Senado e Presidência da República

SEDE
Rua Silveira Martins, 132
São Paulo, SP CEP 01019-000
Tel.: (11) 3243-1313
Fax: (11) 3243-1349
E-mail: ptnot@pt.org.br

Página na internet: www.pt.org.br
Tiragem: 12.000 exemplares
Fotolitos e impressão: Neo Graf

GOVERNO

Lula leva microcrédito às massas

INTENÇÃO É POSSIBILITAR GERAÇÃO DE RENDA A MILHÕES DE BRASILEIROS; BANCOS PRIVADOS TAMBÉM JÁ ADERIRAM

O Plano Nacional de Microcrédito (PNM) lançado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em junho deste ano trouxe medidas que possibilitaram a inclusão, até o momento, de mais de um milhão de pessoas na economia. A iniciativa de maior impacto é permitir que pelo menos 25 milhões de brasileiros, até 2006, abram uma conta bancária e obtenham crédito — que hoje é de até R\$ 600, de acordo com norma definida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional).

Até 2002, qualquer pessoa que necessitasse de uma conta bancária para pleitear crédito junto aos bancos não poderia obtê-la a não ser que apresentasse um comprovante de renda. A partir do PNM, foi possível, apresentando apenas com CIC e RG, abrir a conta — e, como consequência, beneficiar-se com crédito.

O PNM estabeleceu o direcionamento de 2% do valor dos depósitos à vista (dinheiro que está nas contas-correntes) captados pelos bancos para possibilitar o empréstimo. O prazo mínimo para o finan-

ciamento é de 120 dias.

“Democratizar o crédito é uma questão de cidadania. No Brasil, ele falta justamente para aquele que não dá calote, para o pobre que compra e paga em dia, não desvia o dinheiro, não tem conta em paraíso fiscal”, disse Lula, ao lançar o programa.

Para o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, a medida irá colocar à disposição das pessoas que fazem pequenos empreendimentos uma grande quantidade de recursos.

O microcrédito é destinado às pessoas que operam pequenos negócios, às vezes na sua própria casa, ou que precisam fazer uma reforma em casa, pagar uma prestação e às vezes são obrigadas até a apelar a agiotas.

As linhas de microcrédito foram abertas pela CEF (Caixa Econômica Federal), Banco do Brasil (para aposentados e pensionistas), o BNB (Banco do Nordeste Brasileiro) e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Não são, no entanto, somente os bancos públicos que foram incen-

tivados com o PNM a investir em microcrédito. O Bradesco lidera o ranking das instituições bancárias que operam com o novo programa de incentivo ao microcrédito. Os valores já totalizam R\$ 70 milhões, em mais de 86 mil contratos. O valor médio por operação é de R\$ 280,00.

O Banco do Brasil (BB) definiu uma estratégia envolvendo recursos da ordem de R\$ 300 milhões. Disponibilizou crédito para aposentados e pensionistas da Previdência oficial, que recebem seus benefícios de até dois salários mínimos pelo BB. Em um segundo momento, o BB focará nos pequenos poupadores, com saldo entre R\$ 20 e R\$ 200, que totalizam outros 500 mil clientes. Segundo informações da assessoria do BB, o banco já emprestou R\$ 6 milhões para 26 mil aposentados e pensionistas e obteve autorização para ampliar medidas de microcrédito com a criação do BB Popular, um novo banco que está em fase final de implantação e deve começar a funcionar em fevereiro de 2004.

CEF entrega conta nº 1 milhão

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve anunciar a criação da Conta Popular de número um milhão da CEF (Caixa Econômica Federal) nos próximos dias. De acordo com informações da assessoria da CEF, a meta da instituição era atingir o número de 500 mil correntistas até o final do ano, desde o lançamen-

to do PNM, mas o objetivo foi atingido na metade do tempo.

Para obter a conta simplificada não há exigência de depósitos mínimos, nem comprovantes de renda ou de endereço. O cliente é isento da cobrança de tarifas para até 12 transações mensais, feitas com cartão magnético.

A conta simplificada é uti-

lizada como porta de entrada para a obtenção de crédito, uma modalidade de empréstimo rotativo pré-aprovado de R\$ 200,00, com juros mensais de 2%. Para ter direito ao crédito, que faz parte do PNM, o correntista deve ter a conta corrente por pelo menos três meses e não possuir restrição cadastral.



PREVIDÊNCIA

Genoino: Bancada foi decisiva para aprovação

Márcia Kalume/Agência Senado

1º TURNO)		26 de Novembro de 2003		19:04	
PR	SP			SIM	55
MOZARILDO	E. SUPLYCY			NÃO	25
AUGUSTO BOTELHO	A. MERCADANTE			ABS	00
ROMERO JUCÁ	ROMEU TUMA			TOT	80
SC	SE				
J. BORNHAUSEN	M. DO CARMO				
IDELI SALVATTI	ALMEIDA LIMA				
LEONEL PAVAN	A. C. VALADARES				

Painel eletrônico do Senado mostra o resultado da votação da proposta de reforma da Previdência em 1º turno

Dirigentes petistas comemoraram, no final de novembro, a aprovação, em primeiro turno, da reforma da Previdência no Senado. Foram 55 votos a favor — seis a mais que o necessário — e 25 contra. Para o presidente nacional do PT, José Genoino, o governo soube negociar com a oposição.

“A vitória foi fruto de um trabalho de muita firmeza e muita negociação. A bancada do PT foi decisiva”, ressaltou o presidente do PT.

A senadora Heloisa Helena foi a única parlamentar petista a votar contra a PEC,

contrariando uma decisão da bancada. Segundo Genoino, a situação da senadora será definida na reunião do Diretório Nacional — instância que fechou posição sobre o voto na reforma da Previdência — nos próximos dias 13 e 14 de novembro.

Para o líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), a aprovação da reforma da Previdência, além de acabar com privilégios e equilibrar o sistema, permitirá mais investimentos na área social. “Podemos pensar em um Orçamento público que se reflita em mais investimentos soci-

ais, o que define o próprio caráter do governo Lula.”

A proposta, que segue para segunda votação no Senado, acaba com a aposentadoria integral aos futuros servidores, que terá teto de R\$ 2.400,00. Serão fixados teto no âmbito federal, equivalente ao do salário de ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), e subvetos nos Estados e municípios.

O texto da reforma institui ainda contribuição de 11% para valores da aposentadoria nos Estados e municípios que ultrapassar R\$ 1.200, e R\$ 1.440 na União.

Para os futuros aposentados, a contribuição passará a incidir acima de R\$ 2.400.

A aposentadoria com salário integral exigirá o cumprimento de idade mínima (60 anos para homens e 55 anos para mulheres), tempo de contribuição (35 anos homens e 30 mulheres), 20 anos no serviço público, dez anos na carreira e cinco anos no cargo. Restam alguns pontos a serem definidos na chamada PEC paralela que tramita no Senado, entre eles a paridade entre os vencimentos de inativos e ativos e o subteto dos Estados.

Governo define diretrizes para nova política industrial

O governo federal, por meio do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), estabeleceu as diretrizes da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior que será adotada no período 2004/2006. As diretrizes são fruto de um trabalho de 11 meses da Câmara de Política Econômica, que reúne vários ministérios e órgãos do governo, e foram apresentadas ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Esta é a primeira vez que uma política industrial é discutida no âmbito de vários órgãos de governo e também com a sociedade.

A Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior tem como objetivo o aumento da eficiência econômica e do desenvolvimento e difusão de tecnologias com maior potencial de indução do nível de atividade e de competição no comércio internacional. Ela está focada no aumento da eficiência da estrutura produtiva brasileira, no aumento da capacidade de inovação das empresas brasileiras e na expansão das exportações, através de mecanismos de acesso ao crédito e atração de investimentos.

A expectativa do gover-

no federal é fechar 2007 com 35% de participação do comércio exterior em relação ao PIB. Hoje, este percentual fica abaixo dos 30%.

As diretrizes estabelecidas prevêem uma política horizontal para todos os setores econômicos, voltada para a modernização e competitividade das empresas, inserção internacional, inovação em pesquisa e tecnologia e aumento da capacidade das empresas e da escala produtiva. E também políticas verticais para quatro setores identificados como estratégicos para o desenvolvimento da economia brasileira e para uma maior inserção do país no comércio mundial: microeletrônica, software, fármacos e bens de capital.

Estes setores participam pouco do comércio exterior brasileiro e, ao mesmo tempo, contribuem para a elevada concentração de déficits na balança comercial. Quatro grupos de trabalho foram criados para debater as diretrizes e definir, até o dia 31 de março de 2004, os detalhes da política industrial. Os grupos irão levantar quais são os entraves dos setores e as medidas necessárias em termos de legislação e coordenação governamental.

PARTIDO

PT elege secretário de Cultura

**GLAUBER PIVA
QUER CULTURA
TRANSFORMADA EM
PAUTA DE POLÍTICA
PÚBLICA NACIONAL**

O Partido dos Trabalhadores elegeu, no dia 30 de novembro, durante a Conferência Nacional de Cultura, seu primeiro secretário nacional de Cultura. Glauber Piva, 31 anos, foi escolhido para assumir a nova secretaria com o desafio, segundo ele, de organizar debates sobre cultura no "interior do partido, dos governos petistas e da sociedade". A conferência contou com a participação de 179 delegados e mais de 400 convidados.

As primeiras ações da secretaria, conforme aponta o dirigente petista, visam a organizar e estimular a criação de setoriais municipais e regionais por todo o Brasil, fomentar a discussão política em torno do tema, além de preparar a discussão que a Secretaria de Cultura deve apresentar para as eleições municipais em 2004.

"A cultura tem, com certeza, a tarefa de contribuir para a vitória do PT nas eleições municipais, e nós vamos fazer, organizando o debate cultural e apresentando propostas concretas para a gestão pública de cultura nas administrações petistas", destacou Piva. Ainda neste ano o coletivo nacional de cultura do PT, também escolhido na conferência (leia nos nomes nesta página), volta a se reunir para planejar a agenda de trabalho do próximo ano.

Filiado ao PT há 14 anos, Glauber Piva é membro do Diretório Municipal de Votorantim (interior de São Paulo, há 100 km da capital) e coordenou o tema de cultura durante a campanha do presidente nacional do PT, José Genoíno, ao governo de São Paulo, no ano passado.

Política pública

O secretário destacou que, durante a conferência, foi aprovada a meta de trabalhar para a ampliação dos recursos orçamentários (1% do Orçamento) para a cultura, tanto no governo federal como nos governos estaduais e municipais.

"Não temos a ilusão de que se faz cultura sem recursos, mas a nossa ação principal não será batalhar por dinheiro. Queremos tirar a cultura da pauta do entretenimento puro e simples para transformá-la em política pública", ressaltou.

Para o presidente da Fundação Perseu Abramo, Hamilton Pereira, que também participou da conferência e foi eleito membro do coletivo, os desafios da gestão Glauber Piva envolvem a criação e difusão de cultura com a participação de gestores públicos e o estabelecimento de um "canal democrático" do partido com o governo.

Pereira também defende que a cultura não se resume a espetáculos. "É preciso pensar cultura de forma integrada, principalmente com a educação, pois é muito comum os debates culturais esbarrarem na escolaridade", observou. Segundo ele, a educação deve ser o braço organizacional da cultura.



Glauber Piva, eleito o primeiro secretário nacional de Cultura do PT durante conferência realizada em São Paulo

Confira a composição do coletivo

Além da eleição do secretário nacional de Cultura, foi eleito também o Coletivo Nacional de Cultura do PT. Confira os nomes:

Suzane Lilen L. Farias – AP
Shirley Anny Abreu Nascimento – AM
João Roberto Costa do Nascimento (Peixe) – PE
João Francisco dos Santos (Chico Buxinho) – SE
João Wanderley R. Militão (Pingo de Fortaleza) – CE
Silvio Nucci – MS
Hamilton Pereira – DF
Margarete Moraes – RS
Morgana Eneile – RJ
Arnaldo Godoy – MG
Suplentes
Maria Alice Vieira – SP
Nilson Rodrigues – DF
Ulisses Galetto – PR

Partido quer nova relação com setor cultural

O presidente nacional do PT, José Genoíno, entende que a criação da Secretaria Nacional de Cultura do PT tem o papel de estabelecer no partido um diálogo permanente com o setor. Segundo ele, a relação do PT com artistas, intelectuais e dirigen-

tes culturais não pode ser "eventual, circunstancial e eleitoral".

Genoíno colocou o espaço de debate do PT à disposição do Ministério da Cultura. "O partido tem agora que doar. Estamos estabelecendo uma relação diferen-

te com a cultura."

O ministro da Cultura, Gilberto Gil, por sua vez, considerou a conferência do PT importante para subsidiar o ministério com as discussões críticas. "A Secretaria Nacional de Cultura compõe uma viga do PT, que pode interferir nos rumos do partido e do governo".

Para o ministro, o governo Lula está mudando a posição da cultura no país, que, segundo ele, sempre foi tratada como "vaso de flores que adorna os salões dos privilegiados", com ministérios esvaziados, omissos e sem uma estrutura mínima de pessoal. "Queremos a cultura como matéria de segurança nacional, item da cesta básica, fator de desenvolvimento e geração de renda."

Gil destacou ainda a necessidade de promover a transversalidade da cultura com programas de habitação, de geração de renda, educação e meio ambiente.

Porta aberta

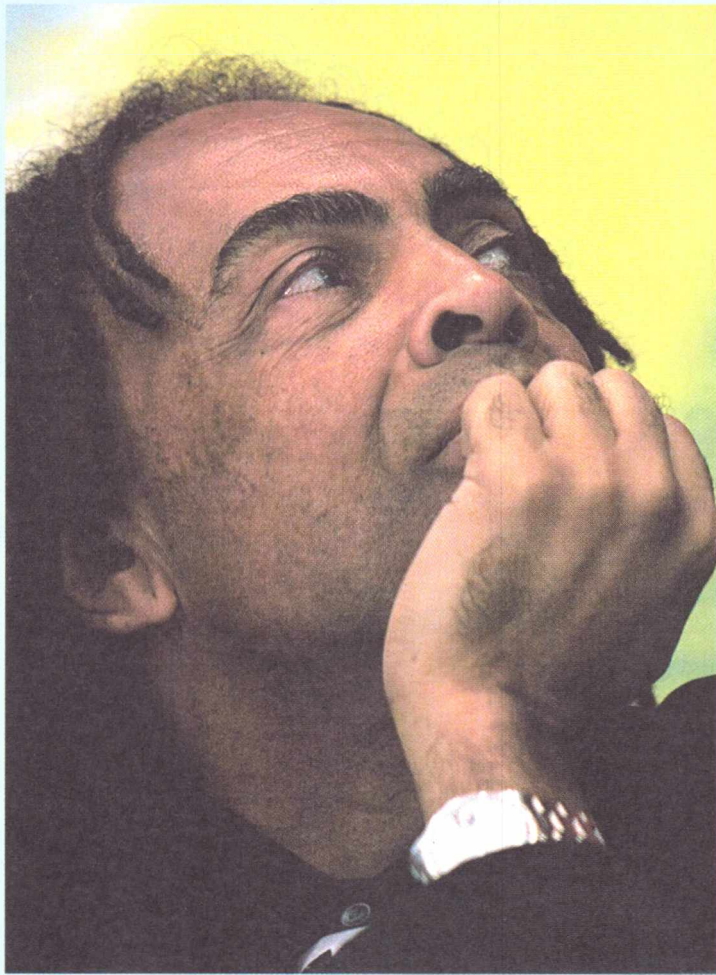
Para o secretário nacional de Organização do PT, Silvio Pereira, o coletivo de Cultura pode fazer a transição para o que chamou de "o PT de porta aberta", dis-

cutindo as várias formas de formação política por meio da interação cultural com a comunidade. Segundo o secretário, após a etapa organizacional, o setorial deve ocupar o papel de interlocutor junto ao governo federal.

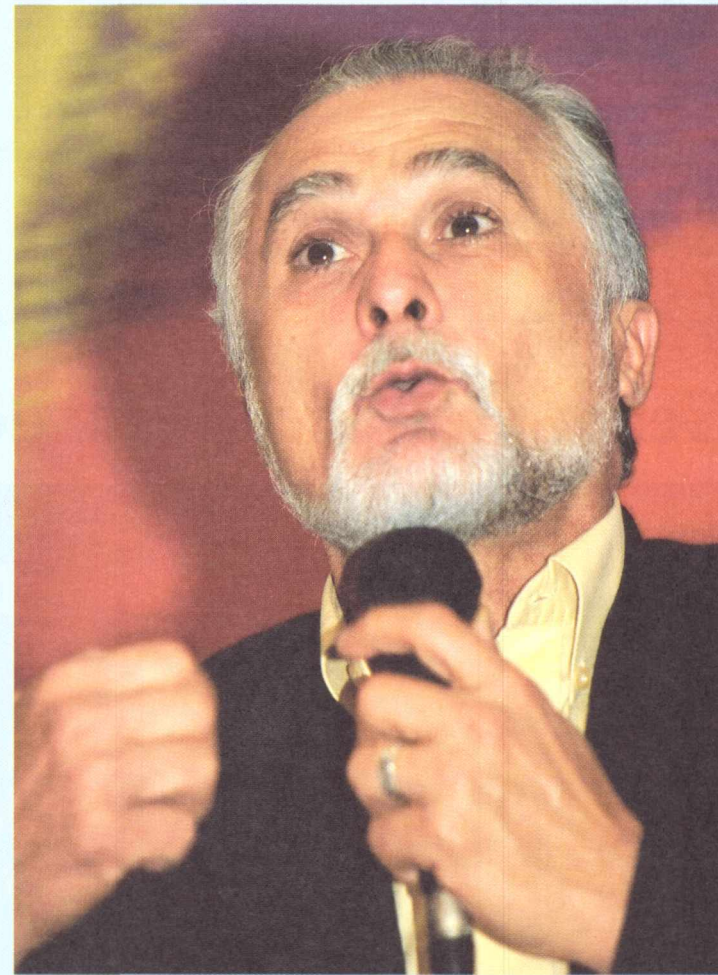
Pereira também elogiou

a escolha de Glauber Piva para assumir o desafio.

"Piva tem as condições de aglutinar setores, capacidade política, conhecimento e experiência, com perfil adequado para este momento em que é preciso estimular a organização e dar capilaridade ao setorial", afirmou.



Gilberto Gil, ministro da Cultura



José Genoíno, presidente nacional do PT

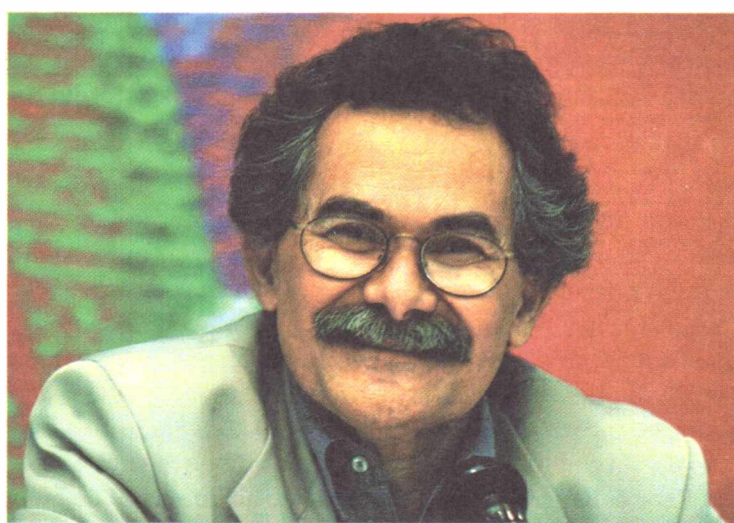
Tema entra definitivamente no debate nacional

A institucionalização da cultura dentro do corpo orgânico do partido que governa o país foi considerada, por personalidades do campo cultural que participaram da Conferência Nacional de Cultura, como uma sinalização de que o tema passa a fazer parte definitivamente do debate nacional.

Dentro desse debate, o desafio que se coloca no âmbito da cultura é o "potencial de futuro", conforme defendeu Eugênio Bucci, diretor da Radiobrás. "A tarefa na cultura, neste momento, é de emancipação, como talvez tivessem sonhado os iluministas, e a emancipação que nasce no PT nesse momento é vital e promissora", resumiu Bucci.

Para o ator Sérgio Mamberti, secretário de apoio a preservação da identidade cultural do Ministério da Cultura, a Secretaria Nacional de Cultura terá o papel de trabalhar a identidade brasileira, oxigenar a origem do povo e implementar, por meio dos diretórios do partido, diálogo com a comunidade. "A secretaria também pode vir a ser um ponto de apoio para as decisões do governo federal e, ao mesmo tempo, manter um olhar crítico sobre a atuação no ministério".

O também ator Antônio Pitanga resumiu a expectativa da classe artística e da militância petista. "É um momento histórico, porque o PT é o partido que expressa as várias caras do Brasil. O que é



Hamilton Pereira, presidente da FPA

mais premente é unificar culturalmente os lugares mais longínquos, desses arvoredos culturais do país, ser a tribuna do povo."

A ampliação do debate da cultura, segundo o presidente

da Fundação Perseu Abramo, Hamilton Pereira, deve permitir que a "militância do PT invada o PT, invada os espaços orgânicos e políticos do partido e traga oxigênio, formulações e política".

Delegados pedem novo encontro

Durante a Conferência Nacional de Cultura, foram aprovados o Plano de Ação e a Carta Compromisso da Secretaria Nacional de Cultura do PT (leia na pág. 5).

Os delegados também decidiram consultar o DN para fazer novo encontro com o objetivo de concluir os debates e confeccionar a tese da conferência com base nas discussões dos Estados.

A conferência aprovou ainda uma série de moções, com destaque para a que manifesta agradecimento ao presidente da Fundação Perseu Abramo, Hamilton Pereira, por sua dedicação ao tema.

PARTIDO

Conferência aprova plano de ação

LEIA ABAIXO A ÍNTEGRA DO DOCUMENTO DA SECRETARIA DE CULTURA DO PT

O Partido dos Trabalhadores decidiu constituir uma instância permanente para tratar, no âmbito do Diretório Nacional, dos assuntos relativos à Cultura. O processo de constituição desse instrumento, a Secretaria Nacional de Cultura, resulta do esforço de milhares de militantes que, ao longo de mais de duas décadas, ofereceram sua contribuição à criação estética, ao pensamento, ao universo de símbolos que marcaram a fisionomia do PT e o diferenciaram dos demais partidos brasileiros.

A constituição da Secretaria Nacional de Cultura permitirá ao PT superar o amadorismo, a improvisação e o caráter utilitário que não raro caracterizaram suas relações com o “mundo da cultura”. Abrirá uma etapa de relações que contemple a complexidade dos temas relativos às atividades culturais no mundo contemporâneo e, igualmente, a diversidade dos protagonistas: formuladores, gestores públicos e privados da ação cultural e, por último, mas não menos importantes, os artistas.

O Partido dos Trabalhadores resgata assim uma dívida consigo mesmo. Com seus militantes. Não podemos nos esquecer dos nossos fundadores como Antônio Cândido, Sérgio Buarque de Holanda, Lélia Abramo e Mário Pedrosa, presentes no dia 10 de fevereiro de 1980 respondendo à convocação do novo movimento operário que emergira das grandes lutas do ABC. Como não podemos deixar que se apague na memória as figuras geniais de Henfil e Carlito Maia, incansáveis criadores de palavras e símbolos marcados pela aguda inteligência e irreverência que imprimiram a primeira imagem do PT diante da sociedade brasileira.

Desde a Conferência Nacional de Programa de Governo realizada em maio de 2002, os militantes da área de cultura fixaram quatro objetivos: produzir uma mobilização nas grandes regiões do país que resultasse num Programa de Cultura que o companheiro Lula ofereceria à sociedade brasileira como sua proposta e seu compromisso. O texto foi entregue ao país num grande ato político de artistas e intelectuais, no Rio de Janeiro, sob o nome “A imaginação a Serviço do Brasil”. Montar uma rede de colaboradores e militantes da área de cultura em todo o país para dar forma e canal de participação permanente a esses companheiros. Contribuir para o processo de transição do governo Fernando Henrique para o governo Lula e garantir a presença do PT na composição da equipe do Ministério da Cultura. E constituir a Secretaria Nacional de Cultura do Partido dos Trabalhadores.

No dia 15 de março de 2003, o Diretório Nacional aprovou resolução criando a Comissão Nacional com a tarefa de realizar, como determina o Estatuto do Partido, o processo de constituição da Secretaria Nacional de Cultura. Mobilizaram-se 23 Estados para realizar as Conferências Estaduais preparatórias à Conferência Nacional. Cumprimos o último objetivo. Para cumprir as tarefas políticas exigidas pela disputa na sociedade brasileira, aprovamos o seguinte Plano de Ação 2003-2004.

1. Implantação dos Setoriais



Mesa composta por dirigentes petistas e convidados durante Conferência Nacional de Cultura do PT, que criou uma secretaria voltada ao setor

Estaduais;

2. Conduzir junto com a SNAI, a inter-relação dos programas de governo para os Municípios na área da cultura em 2004;

3. Ampliar a discussão com os candidatos a vereador sobre os temas da cultura;

4. Criar a Rede Cultura PT, através da qual articulará gestores, parlamentares, militantes;

5. Criar 300 núcleos municipais de cultura até julho de 2005;

6. Contribuir para o processo de avaliação e formulação dos programas de governo de cultura dos Estados e do Governo Federal em 2005;

7. Realizar o Seminário “O PT e as Eleições 2004: O Papel da Cultura”;

8. Articular uma rede de parlamentares estaduais e federais com atuação nas questões culturais;

9. Promover debates nacionais e internacionais sobre o tema da Agenda 21- Cultura e a Diversidade Cultural;

10. Estabelecer relações em conjunto com a Secretaria de Relações Internacionais do PT, em âmbito nacional e internacional, com setores culturais dos partidos de esquerda para produzir iniciativas conjuntas nesse campo;

11. Criar fórum de articulação transversal com os movimentos de juventude, idosos, homossexuais, negros, indígenas, mulheres, meio ambiente, esportes, educação, turismo, comunicação, e os movimentos sociais MST, Sindical e Popular, complementado com a realização do Fórum Social Mundial em 2004 e com o Fórum da Cultura;

12. Utilizar os canais partidários de comunicação interna para o debate das questões culturais;

13. Sistematizar e divulgar as propostas de ação cultural, elaboradas pelos movimentos sociais e as experiências de gestão de políticas públicas, desenvolvidas por prefeituras e governos do PT;

14. Realização de seminário com experiências municipais e estaduais de políticas públicas de cultura, para a promoção da igualdade racial. A proposta deve ser articulada junto com os militantes petistas da FCP e a Secretaria de Combate ao racismo do PT;

15. Orientar as prefeituras petistas a fazer convênios com associações ligadas às manifestações folclóricas para preservação, criação, difusão e incentivo ao Folclore, observando as diretrizes da Unesco e Comissão Nacional de Folclore;

16. Alteração da composição dos DMs do PT, com a criação das Secretarias de Cultura dos Diretórios Municipais.

As eleições em 2004 cons-

tituem-se em um marco fundamental para a consolidação do governo Lula e de nossos governos municipais. É estratégico que o PT esteja estruturado para o debate do tema da cultura. A necessidade exige que, em todos os municípios onde o PT terá candidaturas próprias, o programa de cultura seja claro e tenha a dimensão do debate dos temas locais e suas alternativas, mas também esteja ligado aos grandes temas do governo federal.

É indispensável que o PT tenha um maior saldo organizativo no setor cultural, principalmente após a esperada ampliação do número de municípios governados pelo partido e com o provável aumento do número de vereadores que tem no setor cultural referência de seu trabalho. Para isso, estamos propondo alguns eixos orientadores dos debates nos municípios com o objetivo de formular os programas de governo dos candidatos a prefeito, como também os programas de trabalho para os candidatos a vereador.

Eixos Orientadores da Política Cultural para as Cidades:

1. Temas estratégicos para gestão cultural do país

1.1. Sistema Nacional de Cultura

1.2. Sistemas Estaduais de Cultura

1.3. Sistemas Municipais de Cultura

1.4. Conselhos de Cultura

1.5. Fundos de Cultura

1.6. Leis de Incentivo à Cultura

1.7. Plano Nacional de Cultura

1.8. Planos Estaduais de Cultura

1.9. Planos Municipais de Cultura

1.10. Ações legislativas referentes à Cultura

1.11. Sistemas complementares de bibliotecas, museus, arquivos de informações culturais, de financiamento e fomento

1.12. Descentralização dos investimentos na cultura no âmbito federal, estadual e municipal

1.13. Orçamento da cultura no âmbito federal, estadual e municipal

2. Plano cultural estratégico como elemento de desenvolvimento das cidades

2.1. Cultura como fator de ampliação do setor de serviços

2.2. Cultura como geração de emprego e renda

2.3. Cultura como geradora de riqueza

2.4. Cultura como força dinamizadora e inovadora da criação

2.5. Cultura como fator de desenvolvimento municipal e regional

2.6. Cultura como valor afeti-

vo da identidade local

2.7. Cultura como difusor da imagem do país

2.8. Cultura como fator de melhoria da qualidade de vida do cidadão

3. Democratizar o acesso da população aos bens culturais e ampliação do consumo cultural

3.1. Fomentar programas de intercâmbio cultural entre as diversas regiões do país

3.2. Estimular a criação de circuitos regionais de cultura entre os municípios administrados pelo PT

3.3. Apresentar à população uma ampla oferta de serviços e atividades culturais

3.1.1. Implantar a estratégia de atingir o público potencial

3.1.2. Apoiar a demanda de público existente

3.1.3. Apoiar criadores e grupos ativos

4. Estimular a criação cultural

4.1. Realização de cursos e oficinas

4.2. Apoio à especialização

4.3. Apoio aos produtores e criadores semi-profissionais e profissionais

5. Investir em políticas públicas de preservação do patrimônio cultural

5.1. Fomentar o estabelecimento de políticas que orientem a atuação do partido na área de preservação do patrimônio histórico-cultural do país

6. Promover a cultura local e regional

6.1. Preservação do patrimônio cultural no sentido amplo da palavra

6.2. Promoção da cultura local, nas suas tradições, saberes e fazeres

7. Fortalecer o tecido sociocultural, fortalecendo a participação na política cultural nos estados e municípios

7.1. Fortalecer as associações informais

7.2. Impulsionar as associações formais

7.3. Fortalecer a participação da população nas definições das políticas culturais municipais

8. Implantar uma ampla rede de infra-estrutura cultural

8.1. Fomentar a implantação de equipamentos multiculturais

8.2. Fomentar a indústria cultural local

9. Garantir que a política cultural atenda a todos os cidadãos

9.1. Atender as particularidades culturais da infância, juventude, terceira idade e portadores de deficiências físicas

9.2. Garantir o equilíbrio regional das ações culturais

10. Possibilitar o desenvolvimento dos meios locais de comunicação

10.1. Estabelecer amplos canais de comunicação entre as esferas governamentais e os cidadãos

10.2. Estimular a criação de meios de comunicação locais.

Leia a Carta-compromisso

Leia abaixo a Carta-compromisso aprovada por ampla maioria durante a Conferência Nacional de Cultura do PT:

Os delegados petistas participantes da Conferência Nacional de Cultura manifestam os seguintes compromissos:

1. Reafirmamos nossa total adesão ao nosso Programa de Políticas Públicas de Cultura: A Imagem a Serviço do Brasil. O conceito de que a cultura deve ser entendida como um direito social básico, vetor de desenvolvimento econômico e de inclusão social, e de que cabe ao Estado, sem interferências no processo criativo, atuar de maneira decisiva na elaboração de ações culturais são pressupostos centrais de nossa proposta de ação governamental e por isto inegociáveis;

2. Consideramos que a eleição de Lula para presidente da República, possibilitou que a vitória eleitoral, por tantas décadas esperadas pelos setores democráticos e populares do Brasil, mobilizasse a esperança de mudança do Estado e das políticas neoliberais hegemônicas nos últimos anos no país;

3. Temos a certeza de que os agentes culturais — acostumados com a multiplicidade, a pluralidade das linguagens e das estéticas — têm a responsabilidade política e histórica de contribuir efetivamente para a construção de um novo modelo de organização política no Brasil. A cultura republicana brasileira, de forte matriz autoritária e excludente, precisa ser urgente e imediatamente modificada;

4. O Partido dos Trabalhadores vem contribuindo de maneira decisiva para a construção da política cultural do governo Lula, fato reconhecido publicamente pelo ministro Gilberto Gil em todas as suas manifestações;

5. Consideramos a atuação sobre o patrimônio material, uma possibilidade ímpar de promover o conhecimento do Brasil pelos brasileiros, a integração da nação e o combate a exclusividade da cultura elitista e de interesses de mer-

cado no Brasil;

6. A preservação e recuperação do patrimônio material é um imperativo para estimularmos à memória e a releitura histórica de nossa formação como nação e país. É urgente e necessário incluímos nosso povo — os negros, as mulheres, os índios, os setores populares — na memória e na história do Brasil;

7. Devemos bem cuidar da produção artística e cultural no Brasil. Abrirmos radicalmente espaços para setores que, fora os eixos do mercado e de Estados da federação mais fortes economicamente, possam ter sua produção apoiada, divulgada e conhecida por todos os brasileiros;

8. O MinC deve resgatar o papel estratégico dos órgãos subordinados e vinculados a sua pasta, na formulação das políticas públicas de Estado, na valorização do corpo técnico e na ação democrática e participativa da população brasileira;

9. A criação da Secretaria Nacional de Cultura é um marco da nossa diferença como partido político no cenário nacional. Conferimos à área cultural uma posição de importância política que, negligenciada pelo pragmatismo fisiológico, sempre a colocou como secundária na definição do Estado e da nação;

10. A Secretaria Nacional de Cultura tem por missão respeitar e estimular as diferenças culturais regionais e, ao mesmo tempo, estimular atividades integradoras e de interfaces entre estes diferentes setores do país;

11. A Secretaria Nacional de Cultura deve transcender sua estrutura organizacional e criar múltiplos fóruns de debate e participação em todas as regiões e cantos do Brasil;

12. Queremos no mínimo 1% do Orçamento nacional para a Cultura e 100% de prioridade e investimento político;

13. Declaramos que a Cultura pode fazer a esperança vencer definitivamente o medo no Brasil.

PARTIDO

PT reafirma proposta ambiental

DOCUMENTO
ESTABELECE AS
AÇÕES
PRIORITÁRIAS
PARA O SETOR

O presidente nacional do PT, José Genoíno, e o secretário nacional de Meio Ambiente do partido, Chico Floresta, divulgaram no final de novembro o documento "Reafirmando o Programa de Meio Ambiente e Qualidade de Vida", que estabelece as prioridades do partido em relação ao tema.

O documento recomenda a implementação das Agendas Azul, Verde, Marrom e Socioambiental para de estabelecer as ações a serem priorizadas na efetivação deste programa. Leia a íntegra:

Povos de todo o mundo reconhecem que somos uma terra privilegiada. O próprio imaginário popular se encanta com as florestas, rios, montanhas, cachoeiras e praias que dominam a nossa paisagem natural. A criatividade e a alegria de nosso povo inspiram este nosso compromisso pela recuperação das águas, revitalização das cidades, universalização do saneamento, pelo alimento bom e saudável, pela valorização da cultura e respeito pela nossa diversidade étnica, biológica e cultural.

O PT vem reafirmar que o principal compromisso do governo Lula será trabalhar incansavelmente pela melhoria da qualidade de vida e por um meio ambiente saudável para todos, na busca de um desenvolvimento ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente viável para o Brasil.

Através da implementação das Agendas Azul, Verde, Marrom e Socioambiental, pretende-se estabelecer as ações a serem priorizadas na efetivação deste programa.

I - Agenda Azul:

Água é fonte de vida e alimento das populações. Evitar a morte de nossos rios é uma das prioridades deste programa de governo. Para a implantação sustentável de políticas públicas dirigidas para o uso, conservação e gerenciamento dos recursos hídricos é imprescindível uma revisão integrada das potencialidades de todas as bacias hidrográficas do país. O Brasil detém 12% da água doce superficial e a segunda maior disponibilidade *per capita* do planeta. O acesso à água é também um direito social e econômico, mas exige deveres em sua utilização por parte dos agentes econômicos e dos consumidores. Assim sendo, para atender à Agenda Azul recomendamos:

1. Lançar o programa Água Vida, como um mutirão nacional pela recuperação de bacias hidrográficas, aproveitando experiências de organizações não-governamentais, comitês de bacias e de governos, inclusive com ações de educação ambiental. Sugere-se o dia 22 de março, Dia Mundial da Água, como data indicativa para o lançamento deste mutirão.
2. Criar o Programa Água Doce/Sede Zero, que visa aumentar a oferta e democratizar o acesso à água de boa qualidade para abastecimen-



O presidente do PT, José Genoíno, e o secretário de Meio Ambiente do PT, Chico Floresta, apresentam documento em Brasília

to público, em especial, à população de baixa renda residente em comunidades difusas do semi-árido brasileiro, a partir do aproveitamento de águas subterrâneas, mediante a ativação de poços existentes e utilização de tecnologias sustentáveis de dessalinização de águas com aproveitamento de rejeitos em sistemas produtivos locais. O Programa deve ter como meta a oferta, dentro de 4 anos, de 12 milhões de litros de água potável por dia, em 2.000 localidades no semi-árido brasileiro com população beneficiada potencial de 2,4 milhões de pessoas (considerando uma oferta média diária de 5 l/pessoa) mediante a recuperação de 1.500 sistemas de dessalinização já instalados e implantação de 500 novos e ampliação do Programa de Cisternas de Placas.

3. Impulsionar pela ação de seus militantes, dirigentes e executivos a criação de Comitês de Bacias e Sub-bacias nas suas áreas de atuação.

II - Agenda Verde:

Reorganizar a Política Nacional de Biodiversidade, mobilizando a comunidade científica, populações locais e tradicionais, governos estaduais e municipais, para ações e medidas de bioprospecção e proteção do patrimônio biológico do país, assegurando a repartição justa e equitativa dos benefícios com as comunidades, de acordo com a Convenção da Diversidade Biológica. Assim sendo, para atender à Agenda Verde recomendamos:

4. Gestar ações junto à Presidência da Câmara Federal para instalação da comissão especial para analisar o PL de Acesso ao Patrimônio Genético Nacional, visando a sua aprovação, bem como a PEC do Cerrado e PL Mata Atlântica.
5. Sugerir ações comuns de repatriamento e articular com os governos dos países delimitados como destino de material biopirataado, uma política de fiscalização e conscientização dos danos ao meio ambiente que tal prática induz.

6. Adotar medidas legais urgentes com critérios que viabilizem o estabelecimento transparente do mercado de créditos de carbono previsto nas Convenções Climáticas articuladas no âmbito do Protocolo de Kyoto, dando-lhes um caráter socioambiental.

7. Criar novas Unidades de Conservação no Alto, Médio e Baixo São Francisco, visando a sua revitalização.

III - Agenda Marrom:

A maioria da população brasileira encontra-se hoje exposta a graves riscos ambientais, seja no local de trabalho, de moradia ou no ambiente em que transita. Trabalhadores, minorias étnicas, populações tradicionais e grupos sociais mais vulneráveis correm riscos decorrentes da exposição a substâncias perigosas, da falta de saneamento básico, de moradias erguidas em encostas íngremes ou em beiras de cursos d'água sujeitas a enchentes, da proximidade de lixões ou depósitos de lixo tóxico, ou até mesmo do fato de viverem sobre gasodutos ou sob linhas de alta-tensão. Como regra, os grupos sociais de menor renda são os que têm menos acesso ao ar puro, à água potável, ao saneamento básico ou à segurança fundiária. Nas regiões da fronteira de expansão das atividades econômicas, esses segmentos sofrem, por sua vez, as pressões do deslocamento compulsório de suas áreas tradicionais de moradia e trabalho, perdendo o acesso à terra, às florestas e aos rios, sendo expulsos por grandes projetos agropecuários, hidrelétricos, madeireiros, entre outros.

Assim sendo, para atender à Agenda Marrom recomendamos:

8. Desenvolver um programa intergovernamental, em especial com o Ministério das Cidades, de investimento na revitalização de áreas degradadas das grandes cidades, reordenando o espaço urbano e mobilizando os cidadãos para a melhoria do bem-estar social e qualidade de vida;
9. Conceber, aprovar e implantar uma política nacional

de saneamento ambiental e seus congêneres em níveis regional e local, articulados entre si e com as políticas nacionais de meio ambiente e recursos hídricos.

10. Ampliar os programas e iniciativas de reutilização e reciclagem de resíduos e a separação e coleta seletiva de resíduos utilizáveis, através do fomento ao associativismo e ampliação do mercado para estes resíduos;

11. Criar as Agendas 21 Locais e apoiar a capacitação dos municípios para gestão ambiental local.

IV - Agenda Socioambiental:

Ao lado da desigualdade social há uma crônica injustiça ambiental: os mais pobres ocupam sempre as áreas mais poluídas, mais inseguras ou mais degradadas, expressando a distribuição desigual dos benefícios ambientais que marca o nosso País.

Para o nosso governo, a busca de justiça ambiental significa: (a) que a maioria da população não se exponha aos efeitos ambientais negativos da operação econômica ou política; (b) que tenha acesso justo e equitativo aos recursos naturais (conservando e utilizando de maneira racional); (c) assim como às informações relevantes sobre o uso dos recursos, a destinação adequada de rejeitos, a localização precisa de fontes de riscos ambientais e a processos democráticos de decisão sobre políticas e projetos que lhes dizem respeito; (d) respeitando o direito de ser protagonista, de organizar e influir.

Assim sendo, para atender à Agenda Socioambiental recomendamos:

12. Fortalecer o Programa Nacional de Educação Ambiental, com destaque para a capacitação de professores e formação de multiplicadores.
13. Estabelecer percentual de 10% do total de vagas no Programa Primeiro Emprego direcionadas para ações de cunho socioambiental como proteção de córregos, rios e nascentes, educação ambiental e outros.

Seminário discute Segurança Alimentar

O Seminário Nacional de Segurança Alimentar do PT, realizado nos dias 21 e 22 de novembro, em Brasília, reiterou a importância do caráter democrático do Fome Zero, apontando para a ampliação das funções dos comitês gestores, compostos principalmente por representantes da sociedade civil.

O evento, promovido pelo Diretório Nacional do PT e pela Fundação Perseu Abramo, teve a participação de 360 pessoas, entre militantes, dirigentes, prefeitos, deputados e secretários municipais do partido. "Mobilizemos pessoas do país inteiro", comemora Marlene Rocha, secretária nacional de Acompanhamento do Fome Zero pelo PT.

A realização do seminário cumpriu os objetivos de aprofundar o debate sobre Segurança Alimentar e Nutricional, trocar experiências, elaborar diretrizes para a campanha eleitoral de 2004 e contribuir com o programa Fome Zero.

O ministro José Graziano, presente no evento, deixou claro que os comitês gestores vão ser fortalecidos e terão suas tarefas ampliadas. Esses organismos não se limitarão apenas a acompanhar a distribuição do Cartão Alimentação, mas também farão o acompanhamento dos bancos de alimentação, das cozinhas comunitárias e farão a orientação às famílias, para assegurar que elas sejam incluídas em ações estruturantes. "O ministro assumiu o compromisso de continuar com a política de controle social, reconhecendo ainda a importância da mobilização social para o Programa Fome Zero", afirmou Marlene.

No evento, foi aprovada a seguinte resolução:

O Seminário Nacional de Segurança Alimentar e

Nutricional do Diretório Nacional do PT, realizado nos dias 21 e 22 de novembro, em Brasília-DF, considerando a nova fase do Programa Fome Zero, com a unificação dos programas de transferência de renda no governo Lula, através do Programa Bolsa Família, vem apresentar ao Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Nutricional (MESA), as seguintes reivindicações:

1. Compromisso do MESA com a participação da sociedade civil organizada, por meio do controle social — comitê gestor, na forma que foi proposto para o Programa Cartão Alimentação, assegurando a proporcionalidade de 2/3 da sociedade civil e 1/3 do poder público, a fim de consolidar o caráter democrático e participativo do programa que vem sendo implantado;
2. Avanço no processo de mobilização social da representação popular e o controle social no Programa Bolsa Família garantindo, assim, a participação da sociedade civil, mediante o fortalecimento dos Talheres constituídos e a criação de um Programa de Capacitação e acompanhamento aos Comitês Gestores;
3. Fiscalização e execução do cadastro único dos beneficiários do Programa Bolsa Família, através dos comitês gestores, para garantir a transparência na gestão dos recursos públicos.

O PT reafirma sua confiança nos rumos do governo Lula e nas políticas sociais do governo, em especial, o seu apoio ao Programa de Segurança Alimentar e Nutricional — Fome Zero ordenado pelo MESA."

PARTIDO

Filiados já ultrapassam 590 mil

EM TRÊS MESES, CAMPANHA DE FILIAÇÃO ATRAIU 60 MIL NOVOS CADASTROS

Desde o início da Campanha Nacional de Filiação do PT, há três meses, o partido passou a ter cerca de 60 mil novos nomes em seu cadastro, atingindo um total que ultrapassa 590 mil filiados desde o processo de recadastramento iniciado em 2002.

Foram 9.522 novos filiados em setembro, 40 mil em outubro e 9.149 em novembro.

Segundo o presidente nacional do PT, José Genoino, a campanha tem dois objetivos centrais: o estreitamento dos vínculos entre as estruturas partidárias de direção com os militantes filiados e a expansão da força organizada do partido para novos setores sociais.

Genoino ressalta, no entanto, que o partido procura evitar um crescimento artificial. "Apesar de o PT estar no governo federal e, em tese, ter se tornado um partido atrativo, as filiações são precedidas de avaliação rigorosa quanto à compatibilidade política e de conduta pregressa dos novos filiados em relação aos valores e procedimentos defendidos pelo PT", explicou.

Para o secretário nacional de Organização do PT, Silvio Pereira, a campanha visa absorver pessoas que já têm um papel social em sua comunidade, dando sentido político ao seu trabalho. "A direção quer mostrar que o partido está vivo e tem presença nos movimentos sociais, com pessoas influenciando nos rumos do PT e canalizando os anseios sociais", afirmou o dirigente petista.

Entre as ações de organização, Pereira adiantou que, para as eleições de 2004, o partido está preparando a estrutura de 450 escritórios — cada um irá atender cerca de 15 municípios no entorno — equipados com internet e funcionários. A ideia é chegar a todos os municípios do país com uma estrutura mínima de atendimento a filiados, militantes, candidatos e dirigentes municipais.

Filiação no Brasil

Segundo mapeamento feito pelo PT, o Mato Grosso do Sul é o Estado que tem maior número de filiados para cada mil eleitores (19,44). Com a média nacional em torno de 5,12 filiados por mil eleitores, há 12 Estados abaixo deste nível e outros 15 acima (veja mapa ao lado).

O pequeno município de Medianeira, no Paraná, é um dos que se destacam pela criatividade e intensidade da campanha. O índice de filiação naquele município é de 7,49, acima da média estadual (5,4). Medianeira se destaca também por obter algumas das melhores votações para o PT. O presidente Lula teve ali 53,8% de votos dos 27.627 eleitores.

O presidente do partido no município, Milton Menoncin, atribui o avanço das filiações a um cuidadoso mapeamento das lideranças comunitárias, ao trabalho intensivo de visitas à zona rural e à formação de uma equipe só para o trabalho de filiação.

0800 é canal de expressão com partido

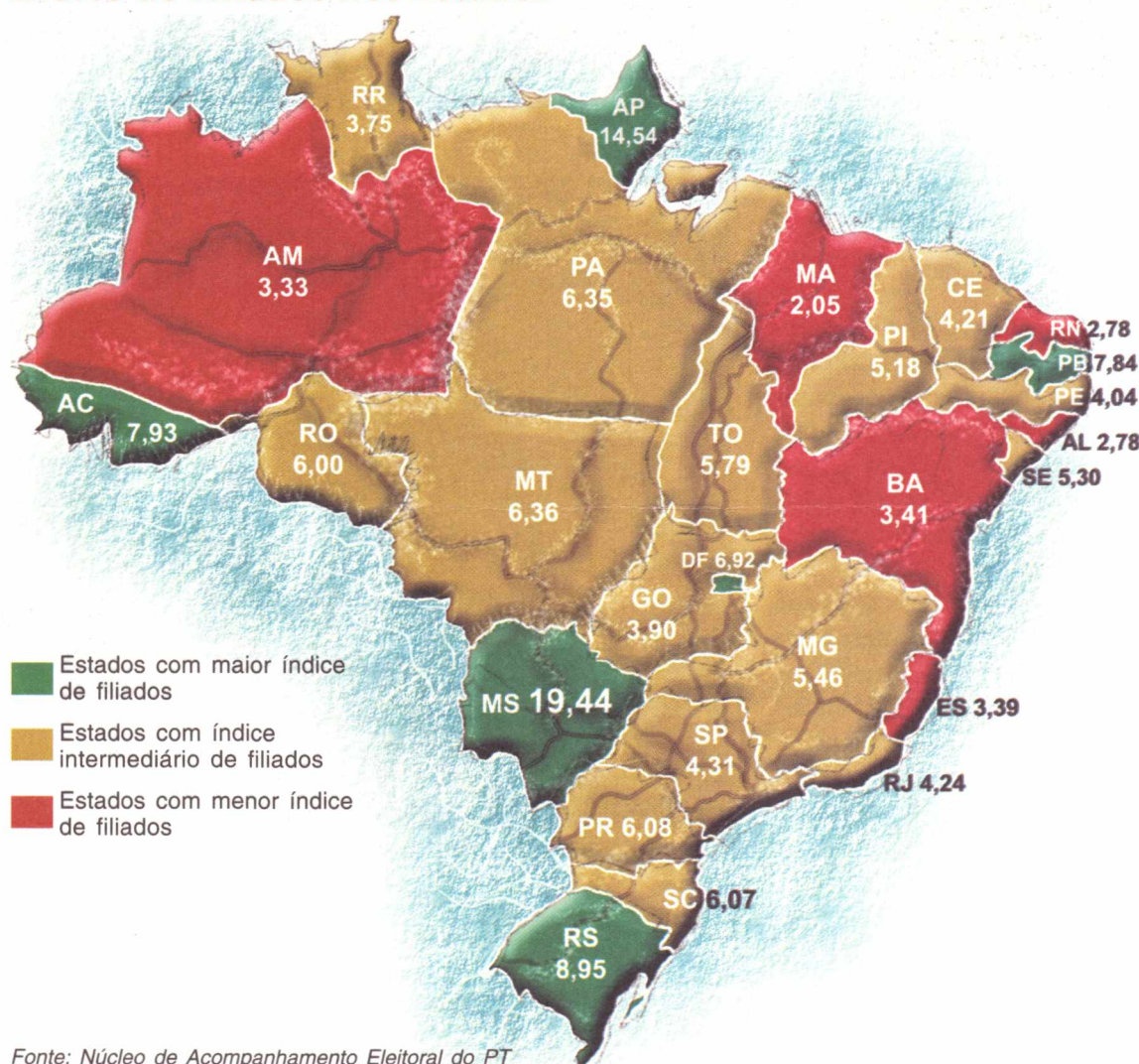
A campanha de filiação do PT conta com frentes de atendimento via telefone (0800.701.0013) e internet (www.pt.org.br). Os cadastros de pré-filiação para análise do diretório feitos via internet chegaram a 12.512 nos três meses de campanha. Já o 0800 teve um pico de 25.330 ligações em outubro, com geração de 20.817 cadastros, segundo Marco Aurélio Barbosa, da MQI, empresa responsável pelo atendimento telefônico. Em novembro, foram 4.536 ligações e 4.298 cadastros.

Conforme explicou Barbosa, a demanda aumenta após as propagandas na TV, e as PAs (posições de atendimento) atendem simultaneamente às 20 primeiras ligações. As demais são atendidas por uma ferramenta da Embratel, a URA (Unidade de Resposta Auditável), que identifica automaticamente o município da chamada e emite mensagem sugerindo que a pessoa ligue para determinado número do diretório mais próximo. "Posteriormente, com o número menor de ligações, a equipe liga para aqueles que não foram atendidos prontamente", disse.

Para Barbosa, o 0800 revela que a população precisa de um canal para expressão. Apesar de não ser o intuito do serviço, sua equipe acaba recebendo ligações com outros propósitos, como a manifestação de elogios, questionamentos e até informações sobre título de eleitor.

"Houve o caso de um senhor que se emocionou muito porque já se sentia petista de carteirinha, mesmo após explicarmos que se tratava apenas de um pré-cadastro", contou Barbosa.

Índice de filiados nos Estados



Calendário de seminários

Data	UF	participantes
10 e 11/out	RS	360
11 e 12/out	MT	226
17 e 18/out	MS	385
17 e 18/out	SC	210
24 e 25/out	PA	142
07 e 08/nov	TO	186
15 e 16/nov	AP	60
21 e 22/nov	PE	80
20 e 21/nov	CE	280
21 e 22/nov	RJ	250
28 a 30/nov	MG	100
28 a 30/nov	PR	300
28 a 30/nov	RN	190
05 a 07/dez	AM	160
05 a 07/dez	RO	200
05 a 07/dez	MA	400
2004	SP/SE/ GO/ BA/ PB/ES/ RR/AL/ PI/DF/AC	

Estados preparam estratégias eleitorais

Somente entre 10 de outubro e 30 de novembro, o PT realizou Seminários de Estratégia Eleitoral e Marketing Político em 13 Estados, com mobilização de cerca de 2.800 pessoas. Os Estados restantes devem realizar seus seminários no início de 2004.

Segundo o Secretário de Organização do PT, Silvio Pereira, esta primeira rodada de eventos visa "sensibilizar e emular" as pessoas envolvidas com campanhas eleitorais para 2004, quando deve ocorrer uma segunda rodada.

A partir de abril, quando houver maior definição dos candidatos, adversários e responsáveis pelas campanhas, ocorrerão oficinas mais técnicas e formadoras, já com metodologias mais definidas, para "criar capilaridade" da campanha petista. "O foco, então, será a campanha propriamente dita".

Está prevista para abril a realização de uma Conferência Nacional Eleitoral, quando os materiais já estarão produzidos. Também nesse mês haverá uma campanha institucional do PT para vereador nos meios de comunicação.

"Em vez de restringir a segundos o espaço dos vereadores no horário eleitoral, queremos fazer uma campanha para mostrar que o PT também é bom nos legislativos municipais", disse Pereira.

Trabalho intenso

Entre os Estados que se destacaram pela organização partidária está o Ceará, que lotou o seminário com todos os pré-candidatos do Estado. A coordenadora do Grupo de Trabalho Eleitoral (GTE-CE), Sônia Braga, atribui o sucesso do evento ao acompanhamento permanente dos municípios com pesquisa com dados dos vereadores de cada localidade, avaliação das relações com as forças políticas e reuniões diversas. O PT quer lançar 100 candidatos majoritários no Ceará, onde há 184 municípios, sendo que apenas 29 deles têm mais de 30 mil habitantes.

Os Seminários Estaduais de Planejamento Eleitoral são realizados simultaneamente em pelo menos dois Estados a cada fim de semana. Para cada oficina há uma equipe, coordenada por dois dirigen-



A secretária de comunicação do PT-CE, Fátima Bandeira, participa de seminário

tes nacionais do PT.

Os seminários são focados na fase de pré-campanha, permitindo o debate e planejamento das principais ações para o período até março de 2004. No primeiro dia de seminário, ocorre o debate da estratégia eleitoral, para sincronização da política nacional com a estadual. No segundo dia, ocorrem as oficinas temáticas e apresentações da estratégia nacional e estadual.

Neste segundo dia, a participação é aberta a um público mais amplo, ligado à realização das campanhas municipais.

As oficinas propiciam um balanço das atividades realizadas nos municípios, apresentação do projeto do GTE nacional, permitindo definir ações sincronizadas em cada município, visando otimizar recursos financeiros e técnicos disponíveis. As oficinas

visam preparar os monitores que atuarão como agentes multiplicadores durante os preparativos da campanha.

A exemplo dos eventos que estão ocorrendo nas capitais, o PT pretende fazer, neste mês, encontros regionais no interior dos Estados. Em janeiro, estão previstos cursos específicos para os interessados em se candidatar ao cargo de vereador nas capitais e interior dos Estados.

INTERNACIONAL

Lula amplia laços com o Oriente

PRESIDENTE FECHOU ACORDOS BILATERAIS E LEVOU MENSAGENS DE PAZ AOS PAÍSES ÁRABES POR QUE PASSOU

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva ampliou os laços da política externa brasileira — desta vez, com alguns países árabes incluídos na viagem iniciada dia 2 de dezembro e concluída no dia 10, na Líbia. A viagem incluiu, ainda, Síria, Líbano, Emirados Árabes Unidos e Egito.

A caravana presidencial rumo aos países árabes começou no último dia 2, na Síria. Além de um grupo de ministros e do presidente da Comissão do Mercosul, o argentino Eduardo Duhalde, viajaram com Lula representantes de 45 empresas brasileiras.

Na Síria, Lula e o presidente Bashar Al-Assad fecharam acordo para realizar uma reunião de cúpula entre países árabes e sul-americanos. O objetivo é aproximar os países da Liga Árabe e os sul-americanos e aumentar suas relações comerciais.

Lula e Al Assad assinaram, também, acordos de cooperação em cultura, esporte, turismo e fitossanitário. Assad propôs a Lula que a Síria sirva de base logística às exportações do Brasil para o Oriente Médio. O Brasil pode, ainda, exportar automóveis e alimentos ao país. Na avaliação de Lula, se o Brasil e os países árabes são iguais e têm os mesmos interesses, não podem esperar que ninguém “faça por nós somente aquilo que nós poderemos fazer”.

Dois dias depois, no Líbano, foram fechados acordos de cooperação nas áreas de meio ambiente, turismo, combate às drogas e educação. O governo libanês doou uma área de 8 mil m² na região norte de

Beirute para a construção de um centro comercial e de uma nova embaixada brasileira.

Nos Emirados Árabes Unidos, terceira etapa da viagem ao Oriente Médio, Lula abriu, em Dubai, a feira Semana do Brasil para apresentar produtos brasileiros ao Oriente Médio. Antes de ir a Dubai, o presidente fez uma escala na capital Abu Dhabi, onde se reuniu com o presidente, xeque Zayed bin Sultan Nahyan. O governo brasileiro investiu US\$ 700 mil no evento. O ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, disse que o objetivo do governo brasileiro é triplicar as exportações aos países árabes nos próximos quatro anos.

Depois de passar pela Síria, Líbano e Emirados Árabes, o presidente Lula desembarcou na cidade do Cairo, capital do Egito, e se encontrou com o presidente egípcio, Hosni Mubarak. Visitou o túmulo do soldado desconhecido e as pirâmides de Gizé. “Queremos oferecer mais produtos e também receber mais produtos egípcios”, reforçou.

O tema da paz também foi destaque durante todos os encontros. Lula defendeu direitos iguais para todos os países dentro da ONU (Organização das Nações Unidas) e ressaltou que as decisões do organismo internacional têm de ter o mesmo peso.

“Somente quando todos os países do mundo respeitarem a ONU como centro democrático da humanidade nós alcançaremos a paz.” Ele defendeu, ainda, uma solução negociada entre palestinos e israelenses e se colocou a fa-



Lula, o presidente sírio Bashar Al-Assad e suas esposas

vor da criação de um Estado independente palestino.

Viagens

Lula ressaltou ainda a importância de suas viagens internacionais neste primeiro ano de governo. “Entendo que é necessário divulgar o novo tempo que o Brasil está vivendo e estabelecer novas relações com esse mundo”, afirmou. Pesquisa CNT/Sensus divulgada em 8 de dezembro mostra que a maioria da população brasileira (52,5%) considera que as viagens de Lula ao exterior têm sido importantes e produtivas para o Brasil.



Com o presidente do Egito, Hosny Mubarak, no Cairo



Lula é aplaudido na Assembléia Nacional do Líbano



Lula encontra-se com o presidente dos Emirados Árabes Unidos, xeque Zayed Nahyan

DESTAQUE

Visite a Lojinha do PT



- Relógios
- Canetas
- Livros
- Vídeos
- CDs
- e muito mais...

www.pt.org.br



Loja virtual do PT recebe prêmio por qualidade

A loja virtual do PT recebeu, no dia 1º de dezembro, o prêmio Padrão de Qualidade em B2B na categoria partidos políticos, entidades e associações de classe, em virtude do trabalho desenvolvido na área de negócios virtuais. O prêmio foi idealizado pela revista B2B e pela Camara-e.net.

A premiação tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento do comércio eletrônico e dos negócios e estratégias voltadas para a Internet no Brasil.

São levados em conta a busca pelo desenvolvimento, a inclusão digital e o sucesso das iniciativas inovadoras.

O partido foi representado pela assessora da Secretaria Nacional de Comunicação, Ana Ribeiro, que recebeu o prêmio durante solenidade realizada em São Paulo, que também foi patrocinada pela Amcham (Câmara Americana de Comércio).

O prêmio também foi entregue a personalidades em diversos setores. A prefeita petista de São Paulo, Marta Suplicy, recebeu o prêmio na categoria inclusão digital. O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, foi agraciado no setor de desenvolvimento e comércio exterior, e o Ministério do Planejamento foi premiado

pelo trabalho desenvolvido no Portal Rede Gov.

Lojinha do PT

A Loja Virtual do PT foi levada ao ar no dia 9 de agosto de 2002, em plena campanha eleitoral para a Presidência da República, e virou sinônimo de sucesso: vendeu R\$ 200 em seu segundo minuto de vida e chegou a faturar, durante todo o período eleitoral, cerca de R\$ 1,5 milhão.

Além das cifras surpreendentes, o grande diferencial da loja foi a agilidade na distribuição de material de campanha.

Segundo o Secretário Nacional de Comunicação do PT, Ozeas Duarte, a idéia surgiu de uma limitação dentro do partido para a distribuição em massa do material de campanha para todo o país. “Encontramos a solução com a ajuda da empresa Mirácula, que tinha a tecnologia e só precisava formatar o programa para o PT”, conta Duarte. Após as primeiras negociações, o site foi colocado no ar em apenas três dias.

Os militantes passaram a comprar cartazes, bandeiras, bonés e broches a preço de custo pela loja virtual do PT e distribuíam localmente. “Na época da campanha, grande parte dos consumidores eram militantes que vi-

viam em regiões distantes e não tinham acesso aos materiais disponíveis nos diretórios municipais e estaduais”, diz o secretário.

A grande vantagem, segundo ele, é que o serviço barateou o custo da campanha, já que os militantes compram seus próprios materiais, democratizando o financiamento da campanha.

“Este é, sob todos os aspectos, um grande meio. Fizemos isso a toque de caixa, sem publicidade, e conseguimos vender cerca de R\$ 1,5 milhão naquele período”, comemora Duarte.

Após a campanha, houve uma expressiva redução no faturamento da loja, mas as vendas se mantêm estáveis, com uma média de R\$ 25 mil por mês. Os tipos de produtos, que no início não chegavam a 30, passam hoje de 100 — incluindo acessórios, camisas, livros, vídeos e até o OPTe Vida, um seguro de vida do PT.

Ozeas Duarte acredita que a Loja Virtual do PT será novamente de grande utilidade durante a campanha para as eleições municipais de 2004. Segundo ele, o partido deverá desenvolver uma estratégia para que sejam disponibilizados materiais institucionais, além de vídeos e cartilhas para orientar candidatos a vereador e prefeito por todo o país.